

Declaração de Voto Grandes Opções do Plano e Orçamento

As Grandes Opções do Plano apresentadas revelam uma fraca qualidade política e estratégica. O documento limita-se a uma lógica de gestão corrente, sem diagnóstico consistente, sem definição clara de prioridades e sem uma visão integrada para o desenvolvimento da freguesia.

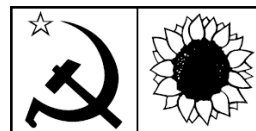
Não são identificados objetivos estratégicos, metas mensuráveis ou prazos de execução, nem existe uma articulação clara entre as opções políticas, o orçamento e o mapa de pessoal. As GOP não permitem perceber que problemas se pretende resolver, com que meios e com que resultados esperados, dificultando o exercício da fiscalização democrática e esvaziando o próprio sentido deste documento.

Para além destas fragilidades estruturais, o documento omite ou trata de forma manifestamente insuficiente áreas fundamentais para o presente e o futuro da freguesia, designadamente a participação e governação democrática, a coesão territorial, em particular a inexistência de qualquer estratégia específica para a zona poente, a educação enquanto eixo estruturante, a ação social de proximidade e o apoio à população sénior, a mobilidade e acessibilidade, bem como o ambiente e a adaptação às alterações climáticas.

Acresce que esta avaliação não resulta de uma apreciação isolada ou subjetiva. A comparação destas Grandes Opções do Plano com documentos homólogos de outras freguesias, incluindo freguesias governadas por executivos da mesma matriz política, evidencia de forma objetiva a ausência de estrutura, de definição clara de prioridades, de objetivos estratégicos e de mecanismos de avaliação, corroborando plenamente as fragilidades anteriormente identificadas e confirmando a reduzida qualidade, ambição e visão estratégica das GOP apresentadas.

No que respeita aos recursos humanos, importa sublinhar que não é possível assegurar serviços públicos de qualidade sem equipas coesas, qualificadas, competentes e efetivamente envolvidas na Junta de Freguesia. Nesse sentido, o Mapa de Pessoal apresentado é profundamente preocupante, revelando uma organização excessivamente dependente de vínculos precários, que representam mais de 76% do total, inclusive em funções permanentes e estruturais. Esta opção fragiliza os trabalhadores, compromete a continuidade dos serviços e impede a consolidação de equipas com conhecimento acumulado do território e das populações.

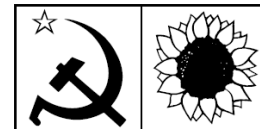
Mais grave ainda é o facto de estas Grandes Opções do Plano não apresentarem qualquer estratégia, plano ou compromisso para inverter esta situação. Não existe



calendarização para a regularização de vínculos, nem metas de redução da precariedade, nem um plano de contratação estável ou de valorização e formação dos trabalhadores, tratando-se a precariedade como um dado adquirido e não como um problema político a resolver.

Em face da falta de visão estratégica das Grandes Opções do Plano, das omissões em áreas fundamentais para a freguesia e da ausência total de um plano para valorizar os trabalhadores e reforçar os serviços públicos, a CDU considera que este documento não responde às necessidades do território nem prepara o futuro da freguesia.

Por estas razões, **a CDU vota contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento apresentados.**



Declaração de Voto

Saudação ao 25 de novembro de 1975

A história, quando analisada com rigor factual e documental, não confirma a narrativa simplificada que se pretende impor sobre o 25 de Novembro de 1975, nem legitima essa data como uma alternativa fundadora da democracia portuguesa.

O 25 de Novembro constitui, sem dúvida, um episódio relevante da história recente do país. Contudo, não foi uma revolução, não foi um levantamento popular, nem foi um momento fundador da democracia. Tratou-se de um episódio de contenção militar, ocorrido num contexto de elevada instabilidade, cujo objetivo central foi evitar a fragmentação das Forças Armadas e o colapso do processo político então em curso.

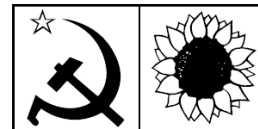
O que está hoje em causa não é a análise histórica do 25 de Novembro, mas a sua instrumentalização política, frequentemente promovida por setores que não foram protagonistas da construção democrática nem do compromisso constitucional que dela resultou, procurando criar referências simbólicas alternativas para legitimar posições políticas contemporâneas.

A democracia portuguesa não se construiu num único dia, nem através de um gesto militar isolado. Construiu-se ao longo de um processo longo, plural e conflituoso, sustentado em eleições livres, compromissos constitucionais, confronto político democrático e, infelizmente, também episódios de violência política.

Antes do 25 de Novembro, Portugal viveu um período de profunda instabilidade, durante o qual a extrema-direita recorreu de forma sistemática à violência e ao terrorismo político, através de organizações como o ELP e a MDLP, responsáveis por atentados bombistas, sabotagens, ataques a sedes de partidos, sindicatos e órgãos de comunicação social, numa estratégia organizada de desestabilização do processo democrático iniciado a 25 de Abril.

Momentos como o 28 de Setembro de 1974 ou o 11 de Março de 1975 fazem igualmente parte do processo revolucionário, com os seus avanços e recuos. Estes factos estão amplamente documentados e são reconhecidos por historiadores e protagonistas da direita, não podendo ser classificados como excessos isolados, mas como estratégias hostis ao pluralismo e à democracia nascente.

Se o 25 de Novembro tivesse constituído um verdadeiro momento fundador de pacificação democrática, seria expectável que a violência política tivesse cessado. Tal não aconteceu. Os atentados de extrema-direita prolongaram-se nos anos seguintes, demonstrando que o 25 de Novembro não erradicou o radicalismo antidemocrático, não resolveu os conflitos ideológicos profundos e não produziu uma normalização imediata da vida política.



A consolidação da democracia ocorreu apesar desse contexto, através de instituições civis, de eleições livres e da Constituição.

Importa ainda sublinhar que, após o 25 de Novembro:

- não caiu qualquer Governo;
- não se realizaram eleições em consequência direta desse dia;
- não foi criada qualquer nova categoria de direitos ou liberdades;
- não foi redefinido o sistema político;
- não foi ilegalizado qualquer partido político;
- e a Constituição aprovada em 1976 foi, aliás, substancialmente distinta daquela defendida por setores da direita à época.

Pelo contrário, mantiveram-se válidas as eleições de 25 de Abril de 1975, a Assembleia Constituinte eleita pelo povo prosseguiu os seus trabalhos, o pluralismo partidário permaneceu intacto e o rumo democrático e constitucional não sofreu qualquer rutura.

Se o 25 de Novembro tivesse sido um verdadeiro momento fundador, teria necessariamente produzido uma alteração estrutural do regime democrático. Tal não ocorreu.

Não é por acaso que figuras centrais da direita portuguesa nunca trataram o 25 de Novembro como data fundadora da democracia. A tentativa atual de o elevar a símbolo maior da democracia não resulta de uma leitura histórica rigorosa, mas de uma operação política contemporânea, frequentemente associada ao desconforto com o 25 de Abril, à relativização da Constituição de 1976 e à dificuldade em aceitar uma democracia plural, social e constitucional.

Sem o 25 de Abril não teria existido processo democrático; sem eleições não teria existido Constituição; sem Constituição não existiria democracia.

A democracia portuguesa não necessita de mitos alternativos, mas de memória rigorosa, respeito institucional e honestidade histórica. Celebrar a democracia é celebrar o processo coletivo que a construiu, e não a instrumentalização seletiva de episódios da história.

Por estas razões, **a CDU vota contra a saudação ao 25 de novembro 1975.**

RECOMENDAÇÃO - Negociação junto da Câmara Municipal de Lisboa para atualização dos critérios e índices de transferência de verbas para a Junta de Freguesia do Parque das Nações

Exposição de Motivos

A Junta de Freguesia do Parque das Nações exerce competências próprias e delegadas (via Contratos de Delegação de Competências) que exigem recursos financeiros proporcionais à intensidade de utilização do território.

Considerando que o modelo atual de transferência de verbas da Câmara Municipal de Lisboa para as juntas de freguesia é baseado em critérios e índices que não têm sido atualizados de forma a refletir adequadamente a realidade socioeconómica, demográfica e funcional específica do Parque das Nações;

Considerando que o Parque das Nações é uma área com elevada pressão de utilização devido a fatores como:

- **Turismo e eventos com grande afluência de visitantes**, com elevada pressão turística (hotéis, eventos, centros de congresso, espaços culturais, Feira Internacional de Lisboa, Altice Arena, Oceanário, zonas ribeirinhas);
- **Concentração de empresas, serviços e trabalhadores**, inclusive de empresas de grande dimensão, gerando grandes fluxos diários e com impacto direto no desgaste do espaço público e na necessidade de serviços adicionais;
- **Desgaste intensivo de infraestruturas urbanas e equipamentos públicos**, gerando maior necessidade de limpeza urbana, segurança, fiscalização, iluminação pública, espaços verdes e mobiliário urbano;

Considerando que estes fatores geram custos adicionais em termos de manutenção, organização e prestação de serviços que não são atualmente devidamente ponderados nos critérios de cálculo das transferências financeiras, na matriz atualmente utilizada pela Câmara Municipal de Lisboa;

Propõe-se a seguinte:

Recomendação

A Assembleia de Freguesia do Parque das Nações, reunida em sessão ordinária de 15 de dezembro de 2025, **recomenda** ao Executivo da Junta de Freguesia que, no exercício das suas competências e em nome dos interesses dos residentes, trabalhadores e demais utilizadores da freguesia:

1. **Procure junto da Câmara Municipal de Lisboa iniciar negociações formais** com vista à atualização dos critérios e índices utilizados para o cálculo das verbas transferidas para a Junta de Freguesia do Parque das Nações;
2. **Sugira a inclusão de critérios adicionais** nas várias rubricas relevantes, inclusive de higiene urbana e limpeza, manutenção de equipamentos e gestão dos espaços verdes, que considerem:

a) **O impacto do turismo e dos eventos de grande escala na freguesia**, atendendo a:

- Número anual de visitantes das principais infraestruturas;
- Eventos de grande dimensão;
- Impacto direto na limpeza, segurança e desgaste do espaço público.

b) **O número de trabalhadores e empresas sediadas ou com atividades regulares na área**, atendendo a:

- Número de trabalhadores não residentes;
- Número de empresas e atividades económicas, segmentadas por dimensão e impacto urbano;
- Intensidade de circulação e utilização do espaço público decorrente da atividade empresarial.

c) **O desgaste funcional e custos associados à manutenção de equipamentos públicos e infraestruturas urbanas por força do uso intensivo por residentes, trabalhadores e visitantes**, atendendo a:

- Custos de manutenção de vias, passeios, espaços verdes e mobiliário urbano;
- Densidade e frequência de utilização de equipamentos públicos;
- Incidência de ocorrências reportadas por residentes, empresas e visitantes.

3. **Requeira a apresentação, em sede de negociação com a Câmara Municipal de Lisboa, de uma proposta de matriz de cálculo revisada**, com base em dados atualizados e objetivos, inclusive com base em indicadores estatísticos (INE, Turismo de Lisboa, dados



da própria JFPN, EMEL, Altice Arena, FIL, entre outros), salvaguardando a transparência e a equidade na atribuição dos apoios financeiros;

4. **Apresente aos Membros de Assembleia de Freguesia um relatório** até 15 de dezembro de 2026 sobre o estado das negociações, incluindo:

- a) Contactos realizados;
- b) Propostas formuladas;
- c) Resposta ou posição oficial da Câmara Municipal de Lisboa.

Conclusão

A presente recomendação visa contribuir para uma adequação mais justa e sustentável das transferências financeiras atribuídas à Junta de Freguesia do Parque das Nações, em consonância com as necessidades reais do território e da comunidade que serve.

Parque das Nações, 15 de dezembro de 2025

A Eleita do LIVRE

Rita Paulos



PAOD 230 - VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 25 DE NOVEMBRO DE 1975 (CDS-PP)

DECLARAÇÃO DE VOTO - CONTRA

O 25 de Novembro de 1975 é um momento historicamente relevante na consolidação do processo democrático iniciado a 25 de Abril de 1974. Reconhecemos que a data integra, de forma legítima, a narrativa da afirmação das instituições democráticas e da estabilização da transição.

No entanto, o texto apresentado faz uma leitura politicamente unilateral do 25 de novembro, destacando apenas uma parte dos seus protagonistas e omitindo contributos igualmente determinantes de outros setores militares e civis que, nesse mesmo período, trabalharam para evitar a escalada do conflito e preservar o caminho democrático. Entre eles, podem destacar-se figuras como Melo Antunes, Vasco Lourenço, elementos do Grupo dos Nove, Mário Soares e outros intervenientes cuja ação foi decisiva para a contenção da radicalização e para a defesa da legalidade democrática.

A formulação proposta tende a transformar a data num símbolo político exclusivo, interpretando a memória desse dia a partir de uma matriz celebrativa e parcial. Essa abordagem corre o risco de instrumentalizar o 25 de novembro, reduzindo-o a uma narrativa unidimensional e deixando de lado a complexidade histórica do período.

Por estas razões, votamos contra o presente voto de saudação, reafirmando, contudo, que o 25 de novembro merece ser lembrado com rigor, pluralidade e contexto, enquanto parte integrante da história democrática portuguesa.

Parque das Nações, 15 de dezembro de 2025

A Eleita do LIVRE

Rita Paulos